

Memória Autobiográfica e Fidelidade e Infidelidade da Memória

Joana Pereira¹

João Viseu¹

Resumo

Uma estrutura da memória, a memória autobiográfica, é especificamente responsável pela evocação de memórias referentes à nossa vida pessoal. Envolve diversas estruturas e mecanismos cerebrais que permitem que nos recordemos das situações, função também desempenhada pelos sugestionadores da memória. A amnésia e o esquecimento afectam de diferentes modos a nossa capacidade de memorizar e evocar as memórias armazenadas. Também outras interferências, como a linguagem, experiências e conhecimento anterior, e factores das novas tecnologias, alteram as nossas recordações fazendo-nos até recordar de factos que não aconteceram. Assim, a memória não é totalmente confiável, existindo “falsas” memórias, mas é essencial ao ser humano.

Palavras-chave: amnésia, “falsas” memórias, memória autobiográfica.

Abstract

A memory structure, the autobiographical memory, is specifically responsible for the evocation of memories related to our personal life. It involves several structures and cerebral mechanisms that permit us the reminding of situations. Having amnesia and forgetting information affect in different ways our memorizing capability and evocating stored memories. There are also

1 Aluno do 2º Ano do Curso de Licenciatura em Psicologia da UAL

other interferences like language, prior knowledge, experiences and factors of new technologies that interfere in our memories making us remember of facts that didn't happen. So, memory isn't really trustable, existing "false" memories; nonetheless, it is essential for the human being.

Keywords: amnesia, autobiographical memory, "false" memories.

1. Introdução

A memória permite-nos obter informação recorrendo a "experiências passadas a fim de usar essas informações no presente" (Sternberg, 2000, p. 204). É um processo que envolve "mecanismos dinâmicos associados à retenção e à recuperação da informação" (Crowder, 1976 citado por Sternberg, 2000, p. 204) referente a experiências passadas. De acordo com Sternberg (2000), a memória apresenta diversas estruturas que contribuem de diferentes formas para os processos de codificação (transformação da informação sensorial num modelo mental), armazenamento (manutenção da informação codificada) e recuperação (evocação da informação armazenada).

Dos diversos aspectos da memória salientar-se-á a memória autobiográfica e prestar-se-á uma maior atenção à fidelidade dos processos mnésicos.

2. Memória Autobiográfica

Uma das questões com que os psicólogos cognitivos se deparam reside na capacidade de trazer à memória recordações antigas e na forma como se realiza esse processo.

Conway e Rubin (n.d., citados por Oliverio, 2001) defendem que, quando os indivíduos fazem alusões ao passado, se referem a "três tipos de «estruturas» autobiográficas: os períodos da nossa vida (...); os acontecimentos de carácter geral (...); e, por fim, os episódios considerados individualmente, também denominados recordações pessoais" (Oliverio, 2001, p.119). Estas

estruturas são medidas de diferentes formas consoante a sua duração ao longo do tempo. Os períodos da nossa vida referem-se a situações que ocorreram num espaço de anos ou décadas; os acontecimentos de carácter geral apontam para eventos que decorreram ao longo de “dias, semanas ou meses” (Conway e Rubin, n.d., citados por Oliverio, 2001, p. 119); e, por fim, as recordações pessoais encontram-se ligadas a situações de pequena duração.

Um mesmo estímulo pode desencadear recordações que podem estar associadas a cada uma das estruturas da memória autobiográfica. Por exemplo, a presença de um carro antigo pode desencadear a evocação de memórias referentes a períodos da nossa vida em que conduzíamos um carro semelhante, bem como recordações pessoais em que recordamos um dia que passámos numa exposição de carros antigos.

Segundo Oliverio (2001), os indivíduos podem revisitar a sua vida recorrendo a dois aspectos diferentes da memória: o sistema cronológico e o sistema conotativo. O sistema cronológico está relacionado com o tempo e o conotativo relaciona as situações com as pessoas, as coisas e as actividades.

À medida que o tempo decorre é mais difícil para os indivíduos evocarem as suas lembranças já que estas se encontram agrupadas “por fases ou faixas, de acontecimentos, quais «depósitos» de onde extraímos notícias, algumas até pormenorizadas, referentes ao nosso passado” (Oliverio, 2001, p. 121).

Existe uma diferenciação entre memórias autobiográficas mais recentes e mais antigas. Este fenómeno ocorre, dado que as mais antigas têm uma maior importância, devido ao facto de estarem ligadas a acontecimentos fulcrais como a constituição da personalidade e da identidade. Ainda em relação a memórias mais antigas, estas sofrem também um processo de renovação, ou seja, as memórias antigas estão sempre a ser recordadas e ao fazer isso estamos a contribuir para uma maior consolidação das mesmas. Defende-se assim que as recordações mais antigas se encontram melhor consolidadas na memória, logo encontram-se menos vulneráveis à amnésia (Oliverio, 2001).

Relacionadas com os diversos períodos da nossa vida, estas recordações permitem-nos também uma melhor integração de acontecimentos do nosso passado, que nos possibilitam depois, passar para acontecimentos mais generalizados. Estes acontecimentos gerais são-nos úteis quando pretendemos revelar pormenores da nossa identidade. Por sua vez as recordações mais específicas permitem-nos um aprofundamento posterior (Oliverio, 2001).

Estes dois tipos de recordações revelam que a memória autobiográfica pode ser representada de uma forma mais vasta, intermédia ou focalizada. Estas representações permitem-nos perceber “que cada recordação da nossa vida não depende de um «vestígio» único (...), mas de um complexo trabalho de recomposição de «fragmentos» relativos a diferentes níveis autobiográficos” (Squire e Oliverio, 1991, pp. 240-271, citados por Oliverio, 2001, p.122).

De acordo com Oliverio (2001), os indivíduos apresentam uma capacidade relativamente precisa de datar as memórias autobiográficas. Quanto mais “viva” é uma memória, maior tendência temos para a ver como sendo um acontecimento mais frequente. Deste modo, experiências mais recentes, consideradas mais frequentes, são datadas com maior precisão.

Contrariamente, experiências mais distantes são mais difíceis de datar e parecem-nos mais raras do que na realidade são. Esta dificuldade prende-se com a incapacidade que os indivíduos têm em fazer coincidir o tempo interior com o tempo físico (Oliverio, 2001).

Um mecanismo responsável pelo controlo da datação é “a associação entre as memórias individuais e os pontos de referência colectiva” (Oliverio, 2001, p.125). Ou seja, existe uma maior facilidade de recordar acontecimentos pessoais quando estes ocorrem na mesma data de acontecimentos colectivos marcantes. Por exemplo, somos capazes de nos lembrar que obtivemos uma boa nota num teste de Psicologia Cognitiva, no dia em que o nosso clube de futebol ganhou o campeonato. Quando não existem estes pontos de referência há uma diminuição da nossa capacidade de datação, o que nos pode até conduzir à dúvida da existência real dos acontecimentos (Oliverio, 2001).

Em síntese, das diversas estruturas da memória que os indivíduos possuem, a memória autobiográfica é aquela que nos permite recordar factos da nossa vivência pessoal, de diversas formas e através de diversos processos. Esta forma de memória, tal como todas as outras, pode apresentar falhas e, consoante o grau de importância e de antiguidade, ser evocada e datada com maior ou menor facilidade.

3. Como nos recordamos dos acontecimentos?

Uma das grandes dúvidas que surge no estudo da memória está relacionada com a capacidade que temos de nos recordar de acontecimentos que ocorreram num passado muito distante, como por exemplo, na nossa infância. Uma questão que surgiu neste campo prende-se com o facto de que, se as nossas recordações se encontram nas nossas estruturas nervosas, para nos recordarmos delas, basta-nos “abrir o baú” das recordações?

Wilder Penfield (1991, citado por Oliverio, 2001), um neurocirurgião, tentou responder a esta pergunta, através de um estudo realizado em doentes que iriam passar por uma cirurgia cerebral. Para estudar este fenómeno Penfield “colocava na superfície do córtex cerebral, em particular, do lobo temporal, alguns eléctrodos com os quais transmitia uma fraca corrente eléctrica” (Oliverio, 2001, p. 109). Foi possível realizar este estudo uma vez que, como a superfície cerebral não apresenta sensibilidade à dor, os pacientes não apresentavam qualquer tipo de incómodo. Por outro lado, o facto de eles estarem conscientes permitia-lhes fazer um auto-relato daquilo que experimentavam, mais especificamente, recordações antigas (Oliverio, 2001).

Os resultados desta experiência permitiram a Penfield (citado por Oliverio, 2001) criar “um mapa do córtex cerebral” (p. 110) revelando áreas específicas que, quando estimuladas, faziam com que o paciente relatasse diferentes tipos de recordações. Com este estudo, Penfield pôde ainda concluir que existem “engramas ou vestígios de recordações, estavelmente codificadas nos circuitos cerebrais, engramas que, com alguma astúcia, poderiam ser reactivados para revelar um sem-fim de recordações, só na aparência perdidas” (Oliverio, 2001, p. 110).

De acordo com Oliverio (2001), os resultados desta experiência não eram tão fiáveis como Penfield pressupunha. O número de pacientes que relatava experiências de recordações antigas era muito reduzido dado o número de pacientes estudados. Outra razão prende-se com o facto de que as recordações relatadas podiam ser apenas alucinações ou fantasias que surgiam devido à estimulação eléctrica que produzia alterações na percepção de imagens visuais e uma hiperactividade eléctrica cerebral.

Foi conduzido um outro estudo que relacionou estimulação cerebral e memória, realizado em doentes epilépticos. Estes doentes “experimentam a chamada «aura epiléptica» ” (Oliverio, 2001, pp. 110-111), sensações visuais, provocadas por um aumento da actividade eléctrica cerebral, que ocorrem imediatamente antes de um ataque epiléptico, ou, eram estimulados propositadamente através de actividade eléctrica. Estes pacientes evidenciavam, de facto, recordações passadas, bem como sensações de déjà vu. Contudo, quando questionados especificamente e submetidos a testes rigorosos não evidenciavam “recordações propriamente ditas, mas imagens alucinatórias que emergem do córtex cerebral quando é estimulado pela presença de drogas, como o LSD, que estimulam as áreas visuais” (Oliverio, 2001, p. 111).

Em suma, a capacidade de memorização não seria útil se não fôssemos capazes de nos recordar do que memorizamos. Diversos estudos focaram esta capacidade tentando explicá-la com base em estruturas cerebrais estimuladas electricamente. Contudo, não foi possível retirar conclusões uma vez que não era possível comprovar se as recordações relatadas eram verdadeiramente recordações ou não passavam de alucinações ou imaginação dos pacientes devido à estimulação eléctrica.

4. Estímulos capazes de sugerir a memória

Na visão de Penfield (1991, citado por Oliverio, 2001) o nosso cérebro está “cheio” de recordações que, na ausência de estímulos, não se manifestam. Apesar desta perspectiva ser improvável dado os inúmeros acontecimentos que vivenciamos, e o facto de os vestígios mnemónicos enfraquecerem e poderem até desaparecer ao longo do tempo, esta não é de todo impossível.

As memórias podem ser evocações de recordações reais vivenciadas pelo próprio indivíduo, ou serem-lhe recordadas por outros indivíduos. Como é difícil discernir entre estas duas hipóteses concentramo-nos “nas características do esquecimento e dos estímulos, as cues ou «sugestões», que permitem recuperar uma determinada memória no tempo” (Oliverio, 2001, p. 111).

Estas pistas ou sugestões diminuem ao longo do tempo sendo que, quando isto ocorre, a recordação na mente do indivíduo aparece cada vez mais desfigurada (Oliverio, 2001).

Este acontecimento é referido numa experiência de Marigold Linton (1986, pp. 50-67, citada por Oliverio, 2001), que testou em si própria aspectos relacionados com a memória autobiográfica.

Linton (1986; citada por Oliverio, 2001) conduziu a experiência ao longo de quinze anos e, em cada dia, reportava os acontecimentos que lhe pareciam mais relevantes. Chegou à conclusão que enquanto os acontecimentos são recentes não é necessária nenhuma sugestão para os evocar. Já quando passa algum tempo sobre os mesmos, diminui a quantidade de sugestões capazes de trazer o acontecimento à memória, ou seja, é necessária uma sugestão específica para evocar o acontecimento (Oliverio, 2001).

Com este estudo verifica-se que “o papel dos estímulos-sugestões é, então, muito diferente nas memórias de longa data e nas mais recentes” (Oliverio, 2001, p.112). Deste modo, à medida que as memórias se vão tornando mais fracas, o número de estímulos capazes de evocar um acontecimento é cada vez mais pequeno.

Outra conclusão que se pode retirar é que a relação que se estabelece entre o estímulo e a sugestão é dinâmica “sofrendo alterações no tempo; assim, entre os vários estímulos que podem provocar a evocação de uma memória, são seleccionados uns ou outros segundo o modo como a recordação foi sendo estruturada no tempo” (Oliverio, 2001, p. 112).

Um estudo produzido por Frederick Bartlett (1932, citado por Oliverio, 2001) mostrou que um mesmo estímulo pode provocar reacções diferentes num mesmo indivíduo, bem como diferentes reacções consoante os indivíduos, já que estas dependem de uma conjugação de factores como personalidade, interesses e experiências vivenciadas.

Hermann Ebbinghaus tentou, em 1873, estudar as leis gerais às quais a memória autobiográfica devia obedecer. O autor propunha-se a “estudar recordações «não contaminadas» pelos factores de perturbação presentes na vida quotidiana” (Oliverio, 2001, p. 113). Para tal, usou um método por ele denominado como método da “poupança” que tinha como objectivo estudar a memória e a forma como ela evolui. Com base neste estudo descobriu-se a existência de uma curva de esquecimento, que nos mostra uma relação

directamente proporcional entre o tempo que decorre desde a aprendizagem até à reaprendizagem e o esquecimento. Assim, quanto maior a diferença de tempo entre o fenómeno de aprendizagem e de reaprendizagem, maior irá ser o esquecimento (Oliverio, 2001). Isto prova-nos “que na reaprendizagem se verifica uma poupança, e que aquilo que a memória retém é independente do esforço de evocação consciente, representando, então, uma espécie de memória inconsciente” (Oliverio, 2001, p. 114). Contudo, este método revelou-se infrutífero no estudo dos mecanismos da memória autobiográfica.

Em virtude disso, hoje em dia, recorre-se a métodos mais simples e que atribuem um maior significado às dimensões emocionais das recordações (Oliverio, 2001).

Em 1974, Herbert Crovitz (citado por Oliverio, 2001), propôs um método simples que consistia em pedir às pessoas que evocassem e datassem uma recordação de qualquer período da sua vida com base na exposição a um estímulo semântico. Os indivíduos estudados, na sua maioria, reportaram factos bastante recentes verificando-se muito raramente a existência de alguém que se recordasse de factos ocorridos há um longo período de tempo como, por exemplo, na infância.

Deste modo, é possível perceber que os estímulos sugestionadores da memória são mais eficazes em memórias recentes. Recordamo-nos melhor, aquando da exposição a um estímulo, dos acontecimentos que se verificaram num período mais recente face ao momento da exposição.

Sintetizando, se é certo que nos esquecemos das situações, é também certo que determinados estímulos são capazes de nos fazer lembrar dessas mesmas situações. Os estímulos sugestionadores são capazes de nos “avivar” a memória mas a quantidade que se mostra capaz disso depende da antiguidade da recordação, ou seja, quanto mais antiga a memória, menor o número de estímulos capazes de a evocar.

5. Porque nos esquecemos dos acontecimentos?

Por norma consideramos o facto de nos esquecermos das situações e momentos como sendo um factor negativo. Contudo, em algumas situações, este esquecimento apresenta aspectos positivos. Imaginemos um caso em que seja impossível esquecer os factos e um indivíduo seja possuidor de uma memória ilimitada: tornar-se-ia de certeza muito incómoda esta capacidade.

Assim, e de acordo com Oliverio (2001), o esquecimento tem certas vantagens que nos permitem combater o excesso de memória. A razão pela qual certas memórias são recordadas e outras esquecidas é que não está ainda totalmente esclarecida entre os psicólogos cognitivos.

Uma das hipóteses apresentadas por Oliverio (2001) reside no facto de, em certas situações, existir um qualquer factor que impeça a passagem das recordações da memória de curto prazo para a memória de longo prazo.

Uma situação em que tal acontece é, por exemplo, um caso de amnésia retrógrada, provocada por um traumatismo, em que as recordações assimiladas imediatamente antes do incidente causador de amnésia não têm tempo para passar para a memória de longo prazo não sendo, portanto, codificadas de modo a que sejam depois passíveis de recuperação (Oliverio, 2001).

Uma situação um pouco diferente refere-se a indivíduos também com amnésia retrógrada, mas provocada por lesões cerebrais. Estes são incapazes de memorizar factos que ocorrem minutos ou horas antes, mas recordam com facilidade eventos que se verificaram há várias décadas atrás. Este tipo de amnésia tem origem nos lobos frontais, logo “é desta parte do córtex cerebral que depende a nossa capacidade de localizar os acontecimentos no tempo e no espaço” (Oliverio, 2001, p. 141).

O córtex frontal cerebral é o responsável pela coordenação de informação espaço-temporal e divide-se em dois hemisférios, esquerdo e direito, cada um com funções específicas. Segundo Oliverio (2001), o esquerdo está relacionado com a informação espaço-temporal e o direito com o reconhecimento da realidade.

Devido a esta lesão o doente dedica-se a processos infrutíferos para a explicação dos acontecimentos – confabulação. Os doentes em causa possuem “uma memória associativa bastante íntegra, no sentido de serem capazes de associar entre si estímulos e memórias, e, por outro, um défice da memória

estratégica, isto é, não conseguem aceder à raiz de uma recordação” (Oliverio, 2001, p. 142).

Além dos doentes com amnésia, as crianças também realizam confabulações onde “tentam ligar os conhecimentos e as memórias, sejam elas verdadeiras ou falsas” (Oliverio, 2001, p. 142). Esta situação acontece devido à falta de maturidade existente no córtex cerebral das crianças, que, com o tempo, irá sofrer uma evolução (Oliverio, 2001).

Menos sujeitas ao esquecimento estão, segundo Oliverio (2001), as memórias mais antigas, como as que reportam para a formação da nossa identidade, muito em parte pela sua importância e pela repetição contínua que sofrem ao longo do tempo. Por outro lado, Marigold Linton (1972, citada por Oliverio, 2001) pôde concluir com a sua experiência que:

“as recordações estão sujeitas ao esquecimento a um ritmo de cerca de 5 ou 6 por cento ao ano. Este ritmo representaria o desaparecimento de cerca de metade das recordações individuais, no caso de estas não estarem enquadradas num âmbito mais vasto da memória autobiográfica relativa a factos de carácter geral ou a períodos da nossa vida” (Oliverio, 2001, p. 124).

O esquecimento afecta directamente a nossa capacidade de discernir as “verdadeiras” memórias das “falsas” memórias.

Diversos estudos semelhantes ao de Linton (1972, citada por Oliverio, 2001) revelam que, quando introduzidas informações falsas nas recordações que os sujeitos haviam referido anteriormente, estes não são capazes de as identificar assumindo como suas, e verdadeiras, as recordações.

Percebemos assim que o processo de esquecimento é útil ao ser humano. Este fenómeno ocorre naturalmente ou, em certos casos, devido a lesões cerebrais. Os indivíduos com amnésia vêem a sua capacidade de recordar diminuída ou totalmente inexistente. Como processo natural, o esquecimento é capaz de seleccionar as recordações que podem ou não ser esquecidas. Em diversos estudos concluiu-se que o esquecimento é também responsável pela existência de “falsas” memórias, nas quais os indivíduos, devido ao esquecimento, reportam como suas memórias que lhes foram propositadamente induzidas.

6. Fidelidade e Infidelidade da Memória

Até que ponto podemos confiar nos factos que a nossa memória nos apresenta? Será que todas as memórias que recordamos são verdadeiras e confiáveis?

Em 1897, Freud (citado por Oliverio, 2001) abordou este processo de esquecimento. Através do uso da hipnose tentou desvendar questões relacionadas com episódios traumáticos e de violência sexual que, segundo ele, ocorrem na infância.

Inicialmente, Freud considerava as recordações do paciente como sendo totalmente verdadeiras. Contudo, depressa se apercebeu que não passavam de confabulações, ou, como lhe chamou, “memórias-ecrã”, “distorções ou projecções que, através de imagens visuais “inventadas”, consubstanciavam desejos ou conflitos inconscientes” (Oliverio, 2001, p. 129). Freud não esclareceu o objectivo da diferenciação e identificação das “falsas” e das “verdadeiras” memórias (Oliverio, 2001).

Um outro estudo foi elaborado por Frederick Bartlett (1932, citado por Oliverio, 2001), que utilizou uma antiga lenda índia para saber até que ponto as pessoas se recordavam da mesma. O autor contou esta lenda a diversos voluntários, que por sua vez deveriam recontá-la em diferentes situações. Foi observado que os voluntários “omitiam partes, criavam «atalhos», inseriam partes que reflectiam, acima de tudo, as suas expectativas e valorações individuais” (Oliverio, 2001, p. 131). Com o avançar do tempo, a história tornou-se cada vez mais diferente e era cada vez mais “objecto de «contaminações»” (Oliverio, 2001, p. 131) que ocorriam devido às várias reformulações que ia sofrendo, quer devido a esquecimentos, quer a modificações.

Após a realização desta experiência Bartlett (1932., citado por Oliverio, 2001) concluiu que as memórias “são reconstruções imaginárias do passado, reveladoras das expectativas de quem recorda e dos seus conhecimentos gerais, elementos esses que constituem «modelos» a ser aplicados a factos específicos” (Oliverio, 2001, p. 131). Se este tipo de reconstrução não existisse, as nossas recordações estariam dispersas na nossa memória.

Quando não somos então capazes de atribuir um significado geral para as memórias, elas aparecem-nos como desprovidas de qualquer significado (Oliverio, 2001).

Para confirmar a hipótese de que as recordações dos indivíduos podem ser induzidas ou modificadas sem qualquer sentido, reuniu-se um conjunto de voluntários intencionalmente hipnotizados.

Durante a hipnose eram-lhes “lembradas” recordações falsas, relacionadas maioritariamente com situações da infância. O que se verificou no final da experiência foi que as pessoas tinham uma vaga noção das recordações induzidas e à medida que as iam facultando ao experimentador, iam-nas modificando e construindo assim novas recordações (Oliverio, 2001).

Uma situação semelhante não induzida ocorre em situações de psicoterapia, na qual o paciente relata uma vaga recordação e, quando encorajado de qualquer modo pelo terapeuta, reconstrói-a e torna-a mais rica, inventando assim uma nova e falsa recordação. Estas falsas recordações podem ser resultado de experiências realmente vividas, ainda que não totalmente, ou apenas baseadas em detalhes que ouviu contar (Oliverio, 2001).

Em suma, a memória não é um processo totalmente íntegro. Foram muitos os autores interessados em testar a fidelidade da memória e muitos os estudos conduzidos nesse âmbito. Quer em situações de hipnose, quer em testes experimentais, quer em situações não induzidas, como a psicoterapia por exemplo, é possível perceber a existência de “falsas” memórias. Estas ocorrem devido ao esquecimento e muitas baseiam-se em experiências vividas ainda que não totalmente verdadeiras.

7. Factores de interferência na memória

Formamos as nossas memórias, na maioria das vezes, através da observação dos fenómenos e acontecimentos. Quando, depois de algo estar já memorizado, nos é relatada uma ideia contrária do mesmo fenómeno, temos tendência a esquecer o que vimos e acreditar naquilo que nos foi transmitido através da linguagem. Assim, e de acordo com Oliverio (2001), a linguagem tem um papel importante na alteração da memória conseguindo substituir a memória visual ou gustativa.

Quando uma história nos é facultada verbalmente e já temos algum conhecimento prévio de certos determinantes da mesma, ao ouvi-la e ao

detectar qualquer incoerência, inconsciente e automaticamente fazemos um ajustamento da história, produzindo assim uma nova, diferente daquela que nos foi facultada inicialmente e de acordo com os factos que memorizámos relativamente à mesma (Oliverio, 2001). Este fenómeno automático de ajustamento foi também estudado por Deese (1959, citado por Oliverio, 2001). Por vezes a nossa memória é orientada através de um determinado fenómeno. Por exemplo, somos capazes de nos recordar de um acontecimento se a ele estiver ligado um determinado significado. Segundo o autor, esta situação não ocorre em indivíduos que sofrem de formas graves de amnésia causadas por lesões no córtex temporal medial e do hipocampo. Estas duas estruturas possuem uma função de ligação, uma vez que estão ligadas a diversas outras estruturas cerebrais que possibilitam, por exemplo, organizar as recordações por categorias. No córtex cerebral estão presentes “micro-áreas” que são simultaneamente activadas quando o indivíduo recorda um conjunto de experiências e memórias semelhantes (Oliverio, 2001).

A memória, e mais explicitamente a memória visual, é uma reconstrução de experiências passadas depositadas “nos circuitos da memória” (Oliverio, 2001, p.137). Envolve conhecimentos gerais, capacidades cognitivas e uma ligação “entre a informação original e aquela a que se teve acesso no intervalo de tempo decorrido entre a experiência original e a sua evocação” (Oliverio, 2001, p. 137).

Assim, e de acordo com Oliverio (2001), a memória é individual e externa, mostrando que o passado influencia o presente mas é também recuperado em função deste.

Assume-se então que a memória é influenciada por diversos processos e de diferentes formas. A linguagem é capaz de alterar as nossas memórias visuais bem como as experiências vividas, os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo e os processos que ocorrem ao nível das estruturas cerebrais ou lesões nas mesmas.

8. Novas tecnologias

Se a falsificação das memórias já é possível tendo apenas em conta factores do próprio indivíduo ou com ele relacionados, a evolução tecnológica é também capaz de alterar as nossas memórias mais bem conservadas.

Hoje em dia, devido à evolução das tecnologias, é possível “«falsificar» a realidade” (Oliverio, 2001, p. 138).

Tomemos como exemplo, à semelhança de Oliverio (2001), o assassinio do antigo presidente dos Estados Unidos da América, John Kennedy. As imagens deste acontecimento encontram-se “na memória visual (...) fazem hoje parte de um arquivo histórico de tipo visual profundamente implantado na nossa memória” (Oliverio, 2001, p. 139). Contudo, ao vermos o filme realizado por Oliver Stone relacionado com este assunto, surgirão novas imagens que irão entrar em confronto com as imagens iniciais deste acontecimento, fazendo com que se desencadeie uma situação de insegurança. Nesta situação ocorre uma competição entre as novas imagens e as anteriores, fazendo com que a barreira existente entre o real e o imaginário seja cada vez mais pequena (Oliverio, 2001).

Assim, podemos verificar que as novas tecnologias podem provocar “desequilíbrios” na memória, causando situações “de «incerteza» da memória, quer colectiva, quer individual” (Oliverio, 2001, p. 139).

Existem também outras situações em que surgem incertezas na nossa memória. Esta situação acontece, por exemplo, quando nos cruzamos na rua com uma pessoa que julgamos já ter visto, mas não conseguimos relembrar o local ou a situação onde a vimos. Esta incapacidade está relacionada com a “memória nascente” (Oliverio, 2001), que nos permite identificar o local e o contexto de uma determinada situação.

Para analisar esta memória foi realizada uma investigação conduzida pela psicóloga Elisabeth Loftus (1979, citada por Oliverio, 2001), que descobriu que uma “«sugestão» oral (...) conseguiu fintar a memória visual” (Oliverio, 2001, p. 140).

Estudos realizados após a investigação de Loftus mostraram que uma “memória nascente” não pode ser eliminada pela sugestão referida anteriormente, uma vez que esta memória se encontra bem consolidada sendo no entanto difícil ter acesso à mesma (Oliverio, 2001).

De acordo com Oliverio (2001, p. 140) “recordar a «memória nascente» é um facto importante e representa um teste para distinguir a realidade da fantasia ou de outras situações semelhantes”. Apesar desta capacidade de distinção que a “memória nascente” permite, existe uma constante dúvida entre a veracidade ou não de um acontecimento.

Em síntese, a evolução tecnológica influencia também o processo de memorização e evocação da memória. Rever factos realmente presenciados e memorizados em imagens manipuladas, como filmes por exemplo, confunde a nossa memória.

A “memória nascente” ajuda-nos a distinguir os acontecimentos reais dos simulados mas não garante uma diferenciação plena das tipologias de memórias armazenadas.

9. Conclusão

Os indivíduos possuem várias estruturas da memória entre elas, a autobiográfica. Esta permite-nos lembrar factos pessoais da nossa vida e só é possível devido a um conjunto de processos. Contudo, tal como todos os outros tipos de memória, pode apresentar falhas e, de acordo com a importância da recordação, pode ser evocada e datada com mais, ou menos facilmente.

A memorização só é útil porque os indivíduos têm capacidade de evocar fenómenos que se encontram nas suas memórias. Diversos estudos foram realizados no campo da memorização e tentaram-na explicar com base em estruturas cerebrais estimuladas electricamente.

Da mesma forma que os indivíduos se esquecem das situações, existem factores que lhes permitem recordá-las. Essa função pertence aos estímulos suggestionadores, que são capazes de nos avivar a memória.

Diversos estudos tornaram possível perceber a existência de “falsas” memórias, que ocorrem devido ao esquecimento e ao facto da memória sofrer influências de vários processos e das mais variadas formas, entre os quais a linguagem, experiências, conhecimentos anteriores e novas tecnologias. Existe ainda uma “memória nascente” que facilita, ainda que não garanta, a distinção entre acontecimentos reais e irreais.

Assim, a memória é um processo essencial, complexo e bem estruturado que permite ao ser humano acumular, gerir e recordar as diversas experiências que vivencia.

10. Referências Bibliográficas

OLIVERIO, A. (2001). *A memória e os seus segredos*. (pp. 108-142). Lisboa: Editorial Presença.

STERNBERG, R. (2000). *Psicologia cognitiva*. (pp. 204-249). Porto Alegre: Artmed Editora.